
CURSO PRESENCIAL

CONTRATAÇÕES DE TIC COM IA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

APLICAÇÃO DA IN 94, RESOLUÇÃO CNJ 468, LEIS 14.133/2021 E 13.303/16



Recife | PE



9 a 11 de março de 2026



Carga horária: 20 horas

Professor Walter Cunha



BRASIL

Capacitação e Treinamento

Apresentação

A Nova Lei de Licitações e Contratos (NLL ou NLLC) – LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 – descortinou um novo paradigma para as compras públicas, em especial para as compras pública de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Além de mudar substancialmente vários aspectos operacionais, a nova lei veio para reforçar a necessidade de Governança nas Contratações, materializada em seu corpo na forma: do Planejamento Anual de Contratações (PCA); dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), e da Gestão de Riscos (MGR). Outras novidades são as novas durações contratuais com o objetivo de viabilizar a amortização de projetos com altos investimentos iniciais; e as vedações específicas ao acúmulo de papéis, de modo a preservar o princípio de Segregação de Função. Tudo isso em meio à controvérsia sobre os limites de atuação e de responsabilidades do Agente Contratações (Pregoeiro), e sobre o alcance dos atos infralegais da Secretaria de Governo Digital (SGD), como a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022. Cabe ressaltar que, apesar de poder nortear, a NLLC não revogou a LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016, a qual permanece regulando as contratações das Estatais. E então, vamos juntos nos aventurar nas Contratações Públicas de TIC?

Justificativa

A capacitação proposta atende à necessidade de aperfeiçoamento do público-alvo em temas e questões atinentes às Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação, segundo a Nova Lei de Licitações e Lei das Estatais, inclusive com a atualização dos novos dispositivos infralegais, proporcionando reflexões e consolidação de conhecimentos, bem assim assegurando exercício competente de atribuições dos agentes de contratações na dimensão de TIC.

Objetivo Geral

Conduzir corretamente as Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação com eficiência, eficácia e efetividade, dentro do apetite à riscos da organização e com o apoio de IA.

Público-alvo

Agentes (Gestores e Agentes Técnicos, Administrativos e Demandantes) participantes do processo de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação nas entidades públicas.

Conteúdo Programático

1) Histórico e Contexto das Contratações de TIC:

- a. Histórico evolutivo da primeira IN04/2008 até a IN094/2022, e eventuais atualizações posteriores
- b. No caso do Judiciário: Resolução 468/2022 CNJ e Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário
- c. No caso das Estatais: especificidades da Lei 13.303/2016 e Regulamentos Próprios de Compras
- d. Gestão Estratégica das Contratações de TIC: Noções sobre EGD, PETI, PDTI, PPA, PAC
- e. Impactos Diretos da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) nas Contratações de TIC

2) Fases da Contratações de TIC:

- a. Planejamento da contratação, Seleção de Fornecedor e Fiscalização de Contratos
- b. Principais Artefatos: DOD, ETP, TR, IRP
- c. Papéis e Segregação de Função
- d. Transição e Encerramento de Contrato

3) Elementos de um ETP:

- a. Definição e Especificação das necessidades (Requisitos)
- b. Estudo do Mercado
- c. Análise Comparativa de Soluções
- d. Estimativa do Custo Total da Contratação (Total Cost Ownership – TCO)
- e. Templates e Modelos de ETP de TIC e ETP Digital

4) Elaboração do TCO:

- a. Custos de Aquisição
- b. Custos Operacionais
- c. Custos de Manutenção
- d. Custos Administrativos
- e. Custos de Descarte

5) Elementos de um TR:

- a. Relação entre o TR e o ETP
- b. Principais Seções
- c. Estimativa de Preços
- d. Elementos para Gestão do Contrato

6) Pesquisa de Preços:

- a. IN 65 SEGES 2021 e eventuais atualizações
- b. Fontes de Preços e Prazos
- c. Saneamento e Ajustes possíveis dos Preços
- d. Métodos de Estimativa
- e. Catálogos de TIC (PMC-TIC)

7) Gerenciamento de Riscos:

- a. Identificação e análise dos principais riscos
- b. Avaliação e seleção da resposta aos riscos
- c. Registro e acompanhamento das ações de tratamento
- d. Riscos de Integridade nas Contratações
- e. Padronização x Vendor Lock In

8) Fiscalização de Contrato:

- a. Melhores Práticas e Pontos de Atenção
- b. Ciclo da Ordem de Serviço
- c. Aferição da Prestação do Serviço
- d. Requisitos para Pagamento

9) Entendimentos dos Órgãos de Controle:

- a. Erro Grosseiro
- b. Direcionamento
- c. Insuficiência da Pesquisa de Preços
- d. Não observação da Segregação de Função
- e. Outras questões críticas

10) Práticas de Inteligência Artificial para Produção dos Artefatos de Contratação.

Programação Geral



**9 a 11 de
março**



**08h até 12h
13h até 17h**



**20 horas de
capacitação**



**Recife
| PE**

Professor

Walter Cunha

Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). MBA em Gestão de projetos (FGV). Engenheiro Eletrônico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (AFFC-CGU). Professor e Palestrante sobre Governança Pública, Teletrabalho, Gestão de Segurança da Informação e de Contratações de TIC.



Investimento



R\$ 4.590,00

(quatro mil quinhentos e noventa reais)

Incluso:

Apostila impressa e em PDF;

Material complementar: google drive;

Material didatico: pasta, bloco de anotações, caneta e marca-textos;

Certificado de conclusão em PDF;

5 Coffee breacks

Local

Á definir

Pagamento

O respectivo pagamento será realizado em nome de:

FBS Soluções LTDA

CNPJ: 15.657.914/0001-05



NU Pagamentos S.A.

Banco: 260

Agência: 0001

Conta: 339817381

***Condições:

O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 07 dias úteis antes da data de realização do curso , sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Brasil Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.

A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.